

A. I. N° - 101647.0005/09-4
AUTUADO - MZ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA.
AUTUANTES - MARIA NAZARÉ HORA SILVA
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 22.07.10

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0202-04/10

EMENTA: ICMS. 1. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. VENDAS PARA CONTRIBUÍNTES LOCALIZADOS NESTE ESTADO. FALTA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O contribuinte não contestou o lançamento. Infração subsistente. 2. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Provado que o contribuinte não recolheu o imposto de operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Não acolhido o pedido de compensação de créditos não utilizados. Infração subsistente. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO. FALTA DE PAGAMENTO. Infração não contestada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/09/09, lança crédito tributário de ICMS no total de R\$ 32.693,42, em decorrência do cometimento das seguintes infrações:

1. deixou de proceder a retenção do ICMS e conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, sendo lançado o valor de R\$ 403,49, acrescido da multa de 60%, em 2005 e 2006;
02. deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referentes a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de fevereiro a agosto de 2006, sendo lançado o valor de R\$ 32.004,58, acrescido da multa de 50%, em 2006;
03. falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento, sendo lançado o valor de R\$ 285,35, acrescido da multa de 60%, em fevereiro de 2006.

O autuado apresenta defesa à fl. 59, dizendo que percebeu um equívoco no aproveitamento do crédito do ICMS no livro de apuração de agosto de 2005, proveniente do levantamento de inventário físico em 31/07/2005, e que por conta da alteração do regime tributário para conta corrente fiscal, foi lançado no livro o valor de R\$ 22.616,21, ao invés de R\$ 26.616,21 conforme atesta o referido livro de inventário. Aduz que terá direito ao crédito de R\$ 4.000,00 não aproveitado no oportuno momento.

Salienta que fez um levantamento das mercadorias que em 31/07/2005 constavam em estoque e foram incluídas no aproveitamento do crédito acima exposto, referindo-se a um crédito de R\$ 2.495,77 enquanto foi paga uma antecipação parcial de ICMS, referente a 07/2005 no montante de R\$ 7.818,95 conforme extraídos do site da SEFAZ (ANEXOS 3 e 4), perfazendo uma diferença positiva, que no seu entendimento pode ser absorvida como crédito no montante de R\$ 5.323,18 demonstrada nas planilhas anexas (ANEXOS 5 e 6).

Frisa que as antecipações parciais devidas: no mês 03/2005 foi de R\$

mais, no valor de R\$ 10.456,37, perfazendo uma diferença de R\$ 98,46; no mês 04/2005, foi de R\$ 7.730,09, tendo sido paga a mais, no valor de R\$ 7.801,21, encontrando uma diferença de R\$ 71,12; a do mês 05/2005, foi de R\$ 8.362,01 tendo sido paga a mais, no valor de R\$ 8.438,94, perfazendo uma diferença de R\$ 76,93; a de 08/2005 foi de R\$ 5.128,76, paga a mais, no valor de R\$ 5.357,06 totalizando uma diferença de R\$ 228,30 e a antecipação parcial devida no mês 09/2005 foi de R\$ 4.473,13, tendo sido paga a mais, no valor de R\$ 4.528,35, perfazendo uma diferença de R\$ 55,22.

Aduz que o valor total do crédito a ser aproveitado no montante de R\$ 9.853,21 por ter sido anterior a 12/2005 foi considerado na defesa como sendo crédito inicial do exercício, alterando os valores devidos nos meses de 02, 03 e 04/2006. Anexa planilha de reconhecimento de débito, (anexo 7).

Conclui pedindo o deferimento das citações acima expostas.

O autuante presta informação fiscal, inicialmente reproduz os termos das infrações e as razões defensivas, aduz que no seu entendimento não cabe a esta fiscalização efetuar os ajustes e compensações de créditos requeridos pelo contribuinte, uma vez que os lançamentos a crédito e débito referentes à escrita fiscal do contribuinte devem ser realizados pelo mesmo.

Esclarece que em relação ao item 1, que seria a diferença de R\$4.000,00, não aproveitado no mês de agosto de 2005, no livro de Apuração do ICMS, quando da transcrição dos valores dos créditos fiscais referentes às mercadorias inventariadas em 31/07/2005, não cabe a esta fiscalização efetuar este lançamento fiscal neste PAF. Trata-se de crédito fiscal que não foi apropriado na época correta, sendo que o regulamento do ICMS traz os procedimentos que devem ser adotados para escrituração extemporânea.

Quanto ao item 2, diz que o crédito referente ao valor da Antecipação Parcial somente pode ser utilizado após o referido pagamento, argúi que no caso, a antecipação parcial relativa ao mês de 07/2005 foi paga em 25/08/2005, 25/09/2005 e 25/10/2005, devendo o crédito fiscal ser utilizado nesses respectivos meses, cabendo ao contribuinte a verificação da utilização ou não desses créditos, porque confirmada a não utilização nos meses apropriados, deverá o contribuinte se utilizar dos procedimentos previstos no regulamento do ICMS, no caso o creditamento extemporâneo, não sendo permitido a esta fiscalização, realizar neste PAF tal compensação.

Diz que relativamente ao item 3, trata-se de valores pagos a mais e que não foram objeto de autuação, podendo, neste caso, o contribuinte fazer, de forma extemporânea, os lançamentos diretamente na sua escrita fiscal, devendo efetuar comunicação ao fisco, conforme previsão regulamentar.

Conclui pedindo que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

O lançamento do crédito tributário traz a imputação de três infrações, sendo que na defesa apresentada o sujeito passivo insurgiu-se apenas contra a infração 02, não se manifestou em relação às infrações 01 e 03, que as considero desde já subsistentes, por não haver qualquer discordância acerca de tais infrações.

No que diz respeito à infração 02, falta de recolhimento de ICMS nos prazos regulamentares referentes a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, examinando as peças processuais, verifico que o autuante colacionou aos autos o demonstrativo de “auditoria em documentos e lançamentos fiscais,” que embasou a autuação, indicando os montantes resultantes da apuração do ICMS nos meses de fevereiro a agosto de 2006, não recolhidos ao erário. A defesa não nega o cometimento da infração, em seu arrazoado fez referência a diversos valores alegando se tratarem de créditos fiscais não utilizados na época própria por equívoco de imposto e de pagamentos de antecipação parcial efetuados a mais. (

61 a 67 no intuito de provar tais alegações, e com o fulcro em tais elementos excluiu os mencionados valores do crédito tributário originalmente lançado atinentes a esta infração. Elaborou planilha relacionando os valores que entende serem devidos relativos a esta imputação, juntamente com os créditos tributários das infrações 01 e 03 não contestados, e reconheceu como sendo devido o montante de R\$ 22.840,20, tendo inclusive parcelado tal quantia, consoante relatório SIGAT, à fl. 77 do PAF.

Observo que os valores lançados na infração 02 decorreram de importâncias apuradas e informadas pelo próprio contribuinte em seu livro Registro de Apuração do ICMS antes da ação fiscal, sem considerar os créditos fiscais pretendidos, portanto não cabe nessa fase do processo a exclusão dos valores relativos aos alegados créditos fiscais não utilizados na época própria por equívoco de procedimentos na apuração do imposto e de pagamentos de antecipação parcial efetuados a mais. Ademais não é da competência de qualquer Junta de Julgamento Fiscal deste CONSEF coadunar com a compensação de valores de tal natureza com o crédito tributário consubstanciado no Auto de Infração.

Por outro lado, no caso de existência de direito à utilização de crédito fiscal, poderá o contribuinte fazer uso do mesmo extemporaneamente, na forma prevista no artigo 101 do RICMS/BA/97. Fica assim mantida esta infração em sua totalidade.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **101647.0005/09-4**, lavrado contra **MZ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$32.693,42**., acrescido das multas de 50% sobre R\$ 32.004,58, e de 60% sobre R\$ 688,84, previstas no art. 42, I, “a”, e II, “e” e “f” da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de julho de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – RELATOR

PAULO DANILO REIS LOPES – JULGADOR